

# Revisando a História Antiga: identidades, integração e outras abordagens contemporâneas

*Reviewing Ancient History: identities, integration and other  
contemporary approaches*

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo:  
Contexto, 2014. 174p.

**Alex Aparecido da Costa\***

---

Recebido em: 06/08/2016  
Aprovado em: 17/10/2016

Com este livro, Norberto Luiz Guarinello apresenta um panorama da História Antiga tradicionalmente ensinada nos bancos escolares brasileiros,<sup>1</sup> ou seja, a história dos povos dos quais se origina o mundo ocidental, especialmente gregos e romanos, cujas civilizações desenvolveram-se em torno do mar Mediterrâneo entre os séculos X a.C e V d.C. É importante destacar que, ao optar por esse recorte, o autor esclarece que não se trata de uma História Antiga do Mundo, mas sim a História Antiga do Ocidente, fundamental para compreensão de como se constitui o mundo contemporâneo.

Essa advertência quanto ao foco da obra, bem como a ressalva sobre o alcance geográfico da História Antiga, conforme ela é compreendida entre nós, coloca a obra a salvo de uma visão eurocêntrica do passado. Em outras palavras, o leitor fica consciente de que, paralelamente à História Antiga do Ocidente, há outras, que correspondem à África, Ásia e América, que podem ou não ter influenciado com variada intensidade o desenvolvimento do mundo ocidental, cujas estruturas elementares são tributárias principalmente da Grécia e de Roma. De forma geral, em *História Antiga*, há uma revisão de como a História Antiga tem sido compreendida até recentemente. Assim, com base em estudos recentes, Guarinello apresenta uma leitura daquele período enfatizando as perspectivas historiográficas atuais.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Profa. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>1</sup> Norberto Luiz Guarinello é doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História na mesma instituição.

Embora lance um novo olhar sobre o tema, inicialmente o autor não deixa de valorizar o conhecimento produzido até aqui. Ele explica que não há erros nas interpretações dos autores do passado, mas sim acúmulo de conhecimento e superação, o que evidencia que, assim como a história dos homens, a disciplina da história também se faz por meio de um processo constante. E o que faz esse processo relevante e fértil é sua contínua resignificação a partir de preocupações que fazem sentido para o presente, e essa natureza do conhecimento historiográfico produzido deve ser explícita, deixando margem para o debate e para novas leituras, uma vez que o objetivo da disciplina não é o estabelecimento de uma verdade definitiva, mas sim a construção de interpretações possíveis diante das evidências disponíveis e dos questionamentos marcados pelo contexto e pela formação pessoal do historiador.

Diante disso, ao propormos essa resenha, devemos, por sua vez, advertir que nossa leitura da presente obra refletirá, em alguns momentos, interesses ligados à nossa visão, que concebe o Mediterrâneo Antigo como um espaço de integração, no qual estruturas e relações construídas ao longo dos séculos pavimentaram o caminho para o estabelecimento do Império Romano. Essa visão, que, em certa medida, também é a do autor, foi inspirada na leitura de outra obra de Guarinello, o artigo *Ordem, integração e fronteiras no Império Romano* (GUARINELLO, 2010), no qual são discutidas tendências recentes de interpretação do mundo romano.

No capítulo *A história da História Antiga*, o autor põe em perspectiva aspectos do estudo do Mundo Antigo em períodos anteriores, quando, por exemplo, o Império Romano, com suas conquistas e a conseqüente expansão da cultura greco-romana, era visto como entidade civilizadora do mundo mediterrâneo. E essa concepção, que vigorou enquanto os países europeus mantiveram suas colônias, servia como justificativa para o imperialismo, uma vez que a Europa acreditava cumprir um papel civilizador em suas possessões ultramarinas. Esse quadro passou por mudanças após a Segunda Guerra, com o enfraquecimento das potências europeias e a queda de seus impérios coloniais. Paralelamente, e como consequência disso, ocorreu a descolonização da História Antiga e o rompimento com a noção de civilizações superiores, que deveriam ser aceitas pelos povos conquistados. Outro ponto dessa parte do livro é o apontamento feito sobre as formas arbitrárias de abordar a Grécia e Roma. Influenciados pela ideia europeia de Estado-nação, a historiografia buscava no Mundo Antigo vislumbrar essa mesma estrutura política. Todavia, o autor ressalta que nunca houve um Estado grego com uma história passível de ser contada de forma contínua. Embora os gregos pudessem formar uma nação, nunca estabeleceram um Estado unificado. De forma semelhante, Roma era somente uma cidade típica do mundo mediterrâneo, que, com a conquista do Império, passou a ser um Estado, porém composto de muitas nações.

Em *A História Antiga contemporânea*, Guarinello destaca os desafios da historiografia do Mundo Antigo pós-colonial. Assim, por ter como característica a constante revisitação dos documentos, a História Antiga necessitou de incessante atualização teórica e diálogo com outras áreas das Ciências Humanas. Essas medidas fizeram com que a História Antiga acompanhasse as transformações do século XX, mantendo-se em constante diálogo com o presente. O autor aponta algumas das vertentes teóricas mais relevantes do período. O marxismo, que tinha como ponto negativo a excessiva teorização, na qual os documentos tinham apenas a função de comprovar seus conceitos; e que, de outro lado, tinha como pontos positivos a importância dada aos conflitos sociais, a valorização do trabalho humano como fator fundamental das sociedades, a consciência de que a riqueza provém da exploração do trabalho e o entendimento de que o brilho das civilizações foi construído sobre o sofrimento dos despossuídos, na Antiguidade, especialmente dos escravos. Outro ramo teórico contemporâneo da História Antiga é representado pelo trabalho de Moses Finley, historiador estadunidense com influências marxistas, que trouxe, entre outros esclarecimentos, a noção de que, para as elites da Antiguidade, importava, sobretudo, o prestígio social, por isso a riqueza era investida na ostentação e na cidade, como forma de afirmação pessoal. Por sua vez, as contribuições da Nova História Cultural foram: o entendimento de que a identidade grega englobava qualquer indivíduo educado na língua e nos costumes gregos; a compreensão de que a trajetória conquistadora romana deixou de ser vista como consequência direta do caráter dos habitantes de uma cidade, mas sim resultado de um sistema de alianças mais amplo, que abrangia inicialmente a Itália, depois o mundo mediterrâneo; fazer com que o conceito de aculturação ou romanização deixasse de ser utilizado em favor da ideia de contatos culturais e hibridização.

No capítulo *Mediterrâneo: processos de integração*, o autor aponta importantes perguntas sobre a integração na História Antiga, tal como: “de que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo?” Além disso, ele mostra que os questionamentos sobre a integração daquele período estão relacionados com o presente, sobretudo com os problemas relacionados com os processos de globalização. Dentro desse raciocínio de valorização dos processos de integração, contudo, no capítulo intitulado *Navegações*, no qual são enfatizados os contatos entre os povos, Guarinello recorda que havia influências para além do Mediterrâneo, que, por conveniência didática, são deixados de lado, mas que são essenciais para entender a história centrada nesse mar.

Ao tratar das *Cidades-Estados*, a obra afirma que a religiosidade e o característico respeito mediterrânico em relação às crenças alheias, bem como a possibilidade de múltiplas associações das divindades entre diferentes culturas, favoreceram a integração. Um exemplo disso era a religião romana, que, embora marcadamente conservadora do ponto de vista

ritualístico, não desconsiderava ou contestava o valor das divindades estrangeiras. Além disso, acrescenta que os fluxos mediterrâneos puseram em contato populações distintas, que, ao tomar contato com outras culturas, deram-se conta de suas especificidades.

Em *Hegemonias*, o autor explica que os contemporâneos não tinham noção clara dos processos de integração, ou seja, ele não era consciente, não tinha um fim determinado, nem causa única. Foi fruto de circunstâncias inesperadas e ações específicas, cujos resultados não eram previstos. Em seguida, ele fornece particularidades das hegemonias na Grécia, em Roma e no Oriente. No primeiro caso, destacam-se o imperialismo de Atenas e de Esparta, que se debateram na Guerra do Peloponeso, demonstrando que os processos de integração não eram positivos em si. Eles se realizavam por meio de sofrimento e exploração de comunidades inteiras, sob o controle dessas duas cidades, com a primeira explorando a seu favor a Liga de Delos e a segunda a Liga do Peloponeso. Quanto à hegemonia romana, o destaque fica por conta de suas singularidades: preservação das cidades conquistadas; pactos federativos; concessão de direitos. Essas foram as bases sobre as quais Roma estabeleceu uma dominação menos traumática, chave da estabilidade de seu império. Em relação ao Oriente, o autor relativiza a chamada helenização, já que os sucessores de Alexandre adotaram as instituições locais como melhor forma de gerir seus domínios; destaca as trocas culturais; ressalta o deslocamento da identidade grega do ponto de vista étnico para o cultural; aponta a perda de importância dos instrumentos políticos da *polis*; indica o esvaziamento do poder das assembleias populares em favor dos conselhos compostos por oligarcas; e chama atenção para a introdução da ideia de divindade real, em contraste com o aumento do individualismo, e para o surgimento de novas correntes filosóficas, tais como o estoicismo e o epicurismo.

Quanto ao *Imperialismo romano*, enfatiza-se a importância da base secular de integração sobre a qual ele consolidou as estruturas precedentes em seu favor. As marcas dessa consolidação foram: o posicionamento do imperador no vértice da pirâmide social, de onde distribuía benefícios e cuidava para que todos cressem que nada ocorria sem sua aprovação; racionalização e centralização administrativa provincial; uma ampla aliança de cidades com estatutos diferenciados; aliança conservadora das elites locais em favor do sistema imperial. Em relação à identidade no Império Romano, Guarinello explica que não era uma imposição, mas algo que deveria ser compartilhada entre os súditos. Segundo o autor, é ultrapassada a ideia de uniformidade cultural do império com base em romanização ou helenização. Processo lento e complexo, a formação da identidade romana acelerou-se com a expansão imperial e se expressava, sobretudo, na devoção ao culto imperial. Antes disso, ela não era definida: romanos, italianos, estrangeiros e escravos tinham identidades distintas. Contudo, mesmo sob o Império, a identidade romana não era completamente

uniforme, pois, no Oriente grego, embora as elites aceitassem a dominação política, reforçou-se a identidade helênica. Apesar de a integração ter sido um fator muito importante para a estabilidade política do Império, seu alcance social foi reduzido ao incluir apenas as elites. Guarinello explica que ela não fomentou a inclusão e deixou intocadas as desigualdades. Isso pode ser explicado, de certa forma, pelas prioridades de Roma: manutenção da ordem e a captação de impostos. E esses objetivos foram atingidos com uma economia unificada e com a administração racional das províncias.

A partir do segundo século de nossa era, a base política do Império se ampliou: houve a entrada no Senado de provinciais da Grécia e África e o aumento da participação política de membros da ordem equestre. Esse período foi o auge do pacto entre o Império, as elites urbanas e as populações cidadinas. Todavia, o autor explica que é difícil estimar o grau de integração do Império, sendo necessário enfatizar as questões regionais. Destaca que as fronteiras internas se alteraram e as externas se ampliaram e se tornaram mais complexas. Embora fundado em cidades, o Império abriu fronteiras e permitiu a circulação de pessoas, bens, crenças e culturas. Guarinello resume, enfim, que, em certo sentido, o Império era uma articulação de diferenças com caráter elitista, hierárquico e centralizador.

Em relação à *Antiguidade Tardia*, o autor afirma que se trata de um período de narrativa complexa, em que ocorrem grandes transformações, nas quais se destacam as mudanças no Estado e nas relações deste com a sociedade. Guarinello ressalta que, nos estudos mais recentes, há duas vertentes que predominam nas análises sobre o período: uma privilegiando a integração política e territorial; e outra privilegiando as formas de integração que independem da unidade política.

De acordo com o autor, as transformações que marcam esse período no campo político-administrativo são: centralização do Estado; diminuição da autonomia das cidades; perda de regiões como a Gália, a Espanha e a África do Norte; necessidade de financiar um exército cada vez maior, acarretando aumento de impostos que pesavam mais sobre cidadãos com menos recursos; evasão da participação dos conselhos locais, cujos cargos eram muito onerosos; o imperador se torna mais distante e inacessível aos súditos; surgimento da nova capital, Constantinopla, na porção oriental do Império. Do ponto de vista religioso, o cristianismo prevalece com vários desdobramentos: expansão sob o beneplácito do Estado, principalmente com Constantino; organização interna, com a realização de concílios e com as igrejas assumindo papéis cívicos importantes nas cidades. De forma geral, ocorreu uma cristianização da cultura, que ofereceu uma base de identidade comum para todo o Império, apesar de sua diversidade. Contudo, o cristianismo passou também por algumas acomodações internas: luta contra as heresias, surgimento do monasticismo e o conflito entre patriarcas de diferentes regiões.

Quanto aos aspectos sociais, o autor aponta que as abordagens atuais tendem a ver a entrada das tribos germânicas no Império como uma nova fase do processo de integração, levando à convivência de distintas populações estrangeiras dentro do *limes*. Em relação à economia, são destacados os bolsões de prosperidade em áreas como a África e a Síria; o surgimento do colonato, que Guarinello entende mais como uma preocupação estatal sobre a captação de imposto e menos como precursor da servidão do medievo; e, muito significativo, a permanência da importância comercial das cidades do Mediterrâneo. Enfim, apesar do abatimento geral dos séculos V e VI, o trabalho acumulado não se perdeu, e por isso a Antiguidade Tardia é entendida atualmente mais como um período de continuidade que de rupturas.

Na *Conclusão* da obra, Guarinello retoma algumas discussões e reafirma que a História é uma ciência embasada em evidências empíricas e em teorias capazes de interpretá-las, com vistas a criar uma leitura do passado passível de ser discutida de maneira racional. Porém, o autor não deixa de ressaltar que, como toda ciência, a História tem seus limites, já que nem todos os vestígios do passado são recuperáveis e mesmo as teorias de interpretação são apenas formas de interpretação do passado, que se modificam de tempos em tempos. Em suma, Guarinello finaliza afirmando a importância de reescrever a história de maneira que faça sentido para o presente, o que permite reinterpretar o que já é conhecido de uma nova maneira. E atualmente é a preocupação com a globalização que dá a relevância para os estudos da integração no Mediterrâneo Antigo, pois das integrações passadas é que nasceram nossas instituições e identidades contemporâneas, fazendo com que aquele período seja capaz de propor questões relevantes atualmente.

## Referências

GUARINELLO, N. L. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, n. 1, p. 113-127, 2010.